



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM E PARA OS
DIREITOS HUMANOS, NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE CULTURAL -
EEDH**

BULLYNG, UMA VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

.

ADRIANE DA SILVA GUIMARAES

BRASÍLIA

2015



**Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu***

ADRIANE DA SILVA GUIMARAES

BULLYNG, UMA VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de
Especialização em Educação em e para os Direitos
Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

BRASÍLIA
2015

TERMO DE APROVAÇÃO**Adriane da Silva Guimarães****BULLYNG, UMA VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural:

Prof. Regina Lúcia Sucupira Pedroza

(Professor-orientador)

Profa.

(Professora Examinadora)

Brasília, 17 de dezembro de 2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, aos alunos dos 5 ano da Escola Municipal São Vicente e a todos que direta e indiretamente participou na construção deste trabalho..

AGRADECIMENTOS

Aos nossos familiares que contribuiu para que realizássemos este sonho. Só se pode realizar um sonho daquilo que primeiramente sonhou. Este trabalho é o desenvolvimento de projeto de vida que se tornou um desejo possível.

Aos nossos tutores da Universidade de Brasília - UNB, pelo estímulo constante e pela vitalidade de pensamento com que me acompanhou.

Em Especial ao Tutor Onofre Rodrigues, que me acompanhou durante todos os módulos e minha Orientadora Regina Lucia Pedroza, que por sua vez, me ajudou na conclusão deste curso.

“Ensinar é transmitir o que você sabe para quem quer saber, portanto é dividir sua sabedoria. Mas é uma estranha divisão que não segue as leis matemáticas, por que você divide, mas não perde o que é seu, pelo ao contrario pode ganhar o que nem lhe pertencia. O sentimento de gratidão, admiração e respeito, alimenta a alma do mestre”. (Içami Tibá)

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	8
2. TEMA	9
3. PROBLEMATIZAÇÃO	10
4. JUSTIFICATIVA	11
5. OBJETIVOS	12
5.1. OBJETIVO GERAL	12
5.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
6.1 BULLYING	13
6.2 O QUE É BULLYING?.....	15
6.3 TIPOS DE BULLYING	19
6.4 DIVERSIDADES NAS ESCOLAS	22
6.5. DIREITOS HUMANOS	25
6.6. CULTURA DE PAZ.....	28
6.7. PROJETO POLITICO PEDAGOGICO	31
7. METODOLOGIA.....	33
8. AÇÕES INTERVENTIVAS	34
9. ANÁLISE E DISCUSSÃO DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO.....	35
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
11. REFERÊNCIAS	37

INTRODUÇÃO

Na atualidade, percebemos uma sociedade mais exigente com um certo tipo de padrão, sempre em busca de uma perfeição estética e aparentemente bem sucedida no campo financeiro. Percebemos que os valores morais estão em segundo plano, a ética cada vez mais extinta, onde o indivíduo está se tornando muito individualista e intolerante ao próximo. Esses são fatos presentes em nosso dia a dia como na educação, saúde, política, religião e outros.

A educação é o nosso objeto de estudo e acreditamos nela para a possível mudança na humanidade. O presente trabalho visa compreender os atos de violência escolar oriundos da diversidade e visa o combate do BULLIYNG existente em nossa realidade.

A escola, enquanto uma instituição social é um ambiente onde todas as diferenças se encontram e nesse sentido, também é um local de conflitos, com as inúmeras formas de educação e valores distintos advindos dos familiares, das diferentes culturas, etnias, crenças religiosas e outros. Daí os motivos pela a escolha de desenvolver um trabalho interventivo para que possamos compreender essas diferenças e aprender a respeitar e a aceitar o próximo como ele de fato é.

Em observação do ambiente escolar percebemos que a violência escolar está ligada diretamente com as diferenças de cada indivíduo, por exemplo, quando os alunos são presos a conceitos pré-definidos pelo padrão de beleza de uma sociedade imposta pelo marketing comercial.

Segundo o PCN, a escola deve ser o local de aprendizagem de que as regras do espaço público permitam a coexistência, em igualdade, dos diferentes. O trabalho com Pluralidade Cultural se dá a cada instante, exige que a escola alimente uma “Cultura da Paz”, baseada na tolerância, no respeito aos direitos humanos e na noção de cidadania compartilhada por todos os brasileiros. O aprendizado não ocorrerá por discursos, e sim num cotidiano em que uns não sejam “mais diferentes” do que os outros.

Nós educadores vemos nitidamente a intolerância, discriminação e o preconceito presente no ambiente escolar e que resulta em atos de bullying. Aprender a lidar com as diferenças, trabalhar posturas e ações para solucionar conflitos devem ser parte do aprendizado e nesse sentido minimizar o crescimento da violência escolar.

1. TEMA

Bullying, uma problemática presente no contexto escolar, por isso se faz importante compreender este fenômeno, defendendo uma educação em e para os Direitos Humanos na diversidade.

2. PROBLEMATIZAÇÃO

A percepção do *bullying* no contexto da diversidade cultural nos instiga a pensar e repensar sobre as práticas educacionais e uma maior atenção aos nossos alunos enquanto possíveis vítimas e causadores da prática de *bullying*.

Este trabalho apresenta inicialmente conceitos, a descrição dos comportamentos enquadrados e suas classificações sobre o *bullying*. Nessa perspectiva, tem-se como problemática: como levar ao ambiente escolar a compreensão sobre bullying, conhecendo e reconhecendo o contexto da diversidade, respeitando os direitos de cada cidadão?

Com essa problemática, pretendemos proporcionar um ambiente escolar mais esclarecedor e mais comprometido com o ensino-aprendizagem, reconhecendo as diferenças e a identidade de cada um.

3. JUSTIFICATIVA

Atualmente, nas instituições escolares já existe um debate sobre o assunto *bullying*, porém limitado, pois geralmente ele é tratado de forma isolada como se fosse um problema momentâneo e irrelevante. O *bullying* é predominantemente associado a aspectos sociais de cada indivíduo, como por exemplo, na diversidade de gênero e na cultura individual.

Daí a necessidade e importância de estudos e pesquisas em relação ao tema exposto, pois práticas de *bullying* já não mais podem interferir no processo de ensino-aprendizagem de nossos alunos.

As pesquisas sobre o *bullying* visam estimular o respeito às diferenças dentro do âmbito escolar. O trabalho teve como princípio ser interdisciplinar e a preocupação com a formação da cidadania coloca em discussão as diferentes relações de gênero, raça, etnia e toda e qualquer desigualdade que ocorra no dia a dia escolar. Nesse contexto, o papel do professor, em união à direção escolar, aos funcionários é de fundamental importância para a construção de uma escola onde haja respeito e dignidade entre todos.

Este trabalho foi desenvolvido, no ensino fundamental I da rede pública na Escola Municipal São Vicente, com a turma do 5º ano, totalizando 25 alunos de 10 a 13 anos.

Esta escola foi escolhida, pois eu já trabalho nela há um ano com a turma do 5º ano, e assim visualizei essa problemática, acreditando numa possível contribuição para a construção de melhores práticas no ensino aprendizagem.

5. OBJETIVOS

5.1. OBJETIVO GERAL

- Buscar a compreensão sobre o fenômeno bullying no ambiente escolar

5.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Buscar entender o fenômeno do bullying: O que é o Bullying. Definição de bullying e Tipos de Bullying;
- Refletir sobre nossas atuações como cidadãos em exercícios dos Direitos Humanos;
- Estabelecer estratégias para o trabalho de sensibilização e prevenção das práticas do bullying e da violação aos direitos humanos presentes no ambiente escolar.

6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

6.1 Bullying

O ambiente escolar é, sem dúvida, um ambiente que há uma mistura de costumes e hábitos, no qual os alunos trazem suas características próprias de ser e de agir. O que notamos, é que diariamente as crianças são capazes de julgar umas às outras a partir de uma convenção adotada por eles mesmos ou por uma sociedade imposta por capitalismo e padrões de beleza.

Segundo Adorno e Horkheimer (1969), a sociedade moderna tem se transformado em um mundo “gelado, alienado e amplamente incompreensível”, restando à estereotipia como um modo de postura, faz com que sejam classificados como eugenia, por determinado grupo social. Consequência da indústria cultural coloca para nós, tendo o consumismo pela massificação como fator principal para sermos alguém importante dentro da sociedade, atendendo aos rótulos de beleza e comportamentos meticulosamente produzidos para uma suposta felicidade plena.

A temática do Bullying vem através dessa constatação, do julgamento que uma criança faz em relação a outra, se colocando em posição, melhor ou inferior, ao seu colega. E assim, surge a agressão física, a discriminação, o preconceito, a e a intolerância se resumindo em atos de Bullying.

Hoje, chegamos a um nível de muito esclarecimento sobre esse fenômeno, vários estudos e pesquisas nos proporcionam maiores interpretações sobre o tema, e nos últimos anos ganhamos uma forte aliada que é a mídia. Tal aliada leva essa temática a vários espaços da sociedade, além das escolas.

Já existe uma caminhada, em busca da extinção do Bullying, entretanto falta atitude de comprometimento e renovação de nós educandos e das instituições de ensino como um todo.

As escolas precisam aceitar e assumir que o bullying se trata de um problema de saúde pública, que cabe aos educadores olhos para enxergar e identificar o fenômeno, para poder mediar as situações de conflito que surgirem. Além disso, ações que vêm sendo feitas em nossas escolas e que trazem um bom resultado, como monitorar a hora do recreio e intervalo; evitar, em sala de aula, situações de constrangimento, apelidos e intimidações; utilizar, nas reuniões pedagógicas, palestras referentes ao tema, entre

outros; são estratégias de intervenção e prevenção contra a violência na escola” (G5, 2010).

Assim, através da conscientização da presença e do malefício do Bullying para os nossos alunos, buscamos compreender e estudar maneiras de minimizar e intervir nas situações de violências dentro do ambiente escolar.

6.2 O Que é Bullying?

Bullying é uma palavra de origem inglesa, e de acordo com Fante (2008), a prática de bullying começou a ser pesquisada nas décadas de 1970 e 1980, quando se descobriu que tal forma de violência era responsável por muitas tentativas de suicídio entre adolescentes.

No Brasil, essa temática se destacou a partir do ano de 2000 quando a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e a Adolescência – ABRAPIA, realizou uma pesquisa e constatou que 40,5% dos alunos admitiram estar envolvidos em bullying.

Diante das constatações desta pesquisa, a educação se torna o ambiente mais responsável por uma mudança nesse quadro. Enxergar o problema Bullying foi o primeiro passo para sua erradicação em nosso país.

Não mais, nos prendendo a sua origem, a intensão deste trabalho é esclarecer o fenômeno Bullying e como podemos minimizar esses atos dentro do ambiente escolar.

Assim, Fante (2005) explica que o bullying é o conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorre sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra os demais, causando dor, angústia e sofrimento. Para essa autora, significa tyrannizar, amedrontar e oprimir.

Sendo visto assim, tais atitudes podem ser notadas dentro do ambiente escolar entre os alunos, e percebe-se também que esses atos acontecem partindo da não aceitação do próximo com suas diferenças.

Existem dois tipos de agressões no bullying: a agressão direta, que envolve contato físico, a qual o agressor a realiza através de socos, pontapés, beliscões, puxões de cabelos, entre outros; e a agressão indireta, realizada de forma sutil e, por isso, mais difícil de identificar, que ocorre sem contato físico, por meio de fofocas, difamações e exclusão social (OLWEUS, 1993).

No entanto, tais atos relatados, antes eram considerados meras brincadeiras, de uma criança com outra. Hoje, percebemos claramente que esses atos são prejudiciais à vida pessoal e escolar da criança, que se caso, não for sanado este problema em sua infância poderá ter sequelas pelo resto de sua vida.

Este fenômeno acontece de várias formas e em diversos ambientes, e também não tem distinção de classes sociais como relata Chalita:

“O fenômeno bullying não escolhe classe social ou econômica, escola pública ou privada, ensino fundamental ou médio, área rural ou urbana. Está presente em grupos de crianças e jovens, em escolas de países e culturas diferentes.” Chalita (2008, p. 81).

Por essa abrangência, é que os danos desse fenômeno se alastraram por todo o mundo, levando sofrimento, angústia e opressão às crianças, afetando-as diretamente e indiretamente no seu convívio social e intelectual.

O bullying deve ser pensado e analisado em duas partes, uma como agressor e a outra como vítima. Ambas as situações devem ser reconhecidas como problema, pois tanto o agressor e a vítima precisam de ajuda profissional.

O autor William Voors (2000, p.5) reforça a ideia de sentimento contrastante entre o alvo e a vítima do bullying:

Deve haver sentimentos contrastantes entre a criança que pratica o bullying e seu alvo como resultado do episódio de bullying. A criança que pratica o bullying pode se sentir excitada, poderosa ou achando graça depois do episódio de bullying, enquanto que aquela que sofreu o bullying se sente amedrontada, embaraçada ou ferida. (...) As vítimas geralmente se sentem feridas e bravas quando o bully as ataca. Se tentam expressar sua mágoa ou raiva, a criança que pratica o bullying geralmente responde com indiferença ou zombaria, o que leva a mais humilhação ainda. William Voors (2000, p.5).

Essa distinção faz-se necessária, porque cada uma das posições desenvolve um comportamento oposto mais que gera transtornos gravíssimos para as duas situações. Tentar enxergar e compreender o fenômeno Bullying das duas partes (agressor/vítima) é importante para que possamos resolver conflitos presentes na rotina dos nossos alunos.

As causas do Bullying podem advir da falta de limites, de valores e de regras de convivência.

Os agressores possuem em sua personalidade traços de desrespeito e maldade, geralmente associados a um perigoso poder de liderança, obtido ou legitimado através da força física ou de intenso assédio psicológico. O agressor pode agir sozinho, ou em grupo. Os agressores apresentam, desde muito cedo, aversão às normas, não aceitam ser contrariados ou frustrados, geralmente estão envolvidos em atos de pequenos delitos, como furtos ou vandalismos (SILVA, 2010).

Silva (2010) nos descreve bem as características de agressores praticantes de Bullying, contribuindo para nós educandos diagnosticar tais comportamentos de nossos alunos. Fica evidente que temos obrigação de investigar as origens de tais comportamentos e procurar entender essas características.

Uma das características das vítimas do bullying é ser diferente dos seus colegas, de alguma forma. Essa diferença pode ser uma característica física marcante ou uma deficiência, ou um status social que permita vestir-se ou possuir objetos e roupas que se destaquem do restante. Torna-se evidente, assim, que as diferenças são geradoras de comportamentos de rejeição e agressão.

Segundo Fante (2005), a vítima típica é um indivíduo geralmente pouco sociável e que sente dificuldades de impor-se ao grupo, tanto física, quanto verbalmente, tornando-se “presa fácil” para os seus abusos.

Encontramos também alunos que sofrem essas agressões, mais que não sabem dizer ou relacionar essas agressões com o bullying. Em seus pensamentos, tais agressões não passam de brincadeiras, mais que afetam o seu estado emocional. E também como na maioria das vezes, essas vítimas sofrem caladas por vergonha ou medo das discriminações.

Outro aspecto de suma importância para a compreensão do Bullying são as testemunhas, alunos que presenciam agressões, e com medo de serem agredidos também se calam diante do ocorrido.

A maioria dos alunos não se envolve diretamente em atos de bullying e geralmente se cala por medo de ser a "próxima vítima", por não saberem como agir e por descrerem nas atitudes da escola. Esse clima de silêncio pode ser interpretado pelos autores como afirmação de seu poder, o que ajuda a acobertar a prevalência desses atos, transmitindo uma falsa tranquilidade aos adultos. (Lopes Neto, 2005, p. 167).

Esse é um ponto mais difícil de diagnosticar entre os alunos, pois os mesmos são movidos pelo medo e até mesmo ameaçados pelos agressores. E assim, faz-se necessária uma observação maior e cautelosa para decifrar e ajudar esses alunos.

O fenômeno bullying é complexo e de difícil solução, portanto é preciso que o trabalho seja contínuo. Devem-se encorajar os alunos a participarem ativamente da supervisão e intervenção dos atos de bullying, pois o enfrentamento da situação pelas testemunhas demonstra aos agressores que eles não terão o apoio do grupo. Os professores devem lidar e resolver efetivamente os casos de bullying, enquanto as escolas devem aperfeiçoar suas

técnicas de intervenção e buscar a cooperação de outras instituições, como os centros de saúde, conselhos tutelares e redes de apoio social.

Segundo Freire (1921-1997), não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

Acreditamos que com maior compreensão e interpretação sobre o Fenômeno Bullying, conseguiremos minimizar esse problema presente nas nossas escolas atuais. Apesar de ser um trabalho continuo temos certeza que não são em vão. Sabemos que hoje temos maiores definições sobre o Bullying, várias pesquisas e que nos ajuda, sem dúvida, a melhorar e adequar nosso trabalho como educadores.

6.3 Tipos de Bullying

Temos várias definições de tipos de Bullying, mas seguiremos os mais essenciais para nosso trabalho de educadores.

FÍSICO

Este é o tipo mais evidente dos casos de Bullying, pois conseguimos visualizar claramente as sequelas desses atos que podem ser chutes, socos, empurrões, puxões de cabelos, beliscões e vários outros.

O bullying físico pode ocorrer mesmo sem agressão física propriamente dita. Um bullying pode fazer gestos ameaçando socar a vítima; atirar longe um livro, para impressionar, ou mesmo invadir sua privacidade. É um jogo de dissimulação para intimidar e assustar... outra forma de bullying físico esta relacionado ao assédio sexual ou a ações que intimidam. Um bullie pode levantar a saia de uma menina, baixar as calças de um menino...(CARPENTER E FERGUSON, 2011, p.37)

Há bastante tempo, o Bullying físico é expressamente proibido nas escolas, tendo como penalidade a suspensão do causador desse ato violento, o que ainda tentamos melhorar é que essas suspensões devem ser direcionadas a uma solução que envolva a todos os presentes na situação e também orientar e auxiliar os pais diante desse problema.

VERBAL

Estes são as famosas piadinhas, apelidos, insultos, gozações, fofocas e etc. Também assim como o físico são mais fáceis de serem percebidas já que os agressores gostam de se exibir ao “público”, suas atitudes de engrandecimento e desprezo com sua vítima.

O bullying verbal acontece quando ocorre um ou mais desses exemplos de comportamentos: “Apelidos ofensivos. Comentários insultuosos e humilhantes. Provocação repetida. Comentários racistas e assédio. Ameaças e intimidação. Cochichar sobre as crianças pelas costas.” (BEANE, 2010, p.21).

Este é o caso que mais envolve crianças, pois além do agressor e vítima há também a participação dos espectadores, com risos e gozações, o que afeta mais ainda as vítimas.

EMOCIONAL

O emocional por sua vez é: excluir, atormentar, ameaçar, manipular, amedrontar, chantagear, ridicularizar, ignorar. Essa ocorre de forma mais sutil o que dificulta mais o diagnóstico, sendo necessária uma atenção redobrada e mais detalhista.

Destruir e manipular relacionamentos (por exemplo, jogando melhores amigos um contra o outro. Destruir reputações (focar, espalhar rumores maliciosos e cruéis e mentir sobre outras crianças). Excluir o indivíduo de um grupo (rejeição social, isolamento). Constrangimento e humilhação. Linguagem corporal negativa, gestos ameaçadores. Pichação ou bilhetes com mensagens ofensivas. (BEANE, 2010, p.22).

Essa é a parte que afeta a vítima, no seu interior, se torna uma frustração íntima, fazendo com que se sintam inútil e impotente dentro do seu próprio espaço. Os danos por essa forma de Bullying são mais invasivos, envolvendo o psicológico e suas emoções.

CIBERBULLYING

Silva (2010) afirma que o cyberbullying é a forma virtual de praticar o bullying. A tecnologia é utilizada para ameaçar, humilhar e difamar. Inclui envio de vírus, acesso a contas de e-mail, provocação de alguém que envia intencionalmente mensagens hostis a grupos de discussões. É ato de incomodar o outro com manifestações covardes e ardilosas.

Juntamente com avanço tecnológico e a facilidade ao acesso dos mecanismos de comunicação virtual, veio também uma porta para os agressores que utilizam tais ferramentas para atingir suas vítimas.

O cyberbullying é um tipo de bullying melhorado. É a prática realizada através da internet que busca humilhar e ridicularizar os alunos, pessoas desconhecidas e também professores perante a sociedade virtual. Apesar de ser praticado de forma virtual, o cyberbullying tem preocupado pais e professores, pois através da internet os insultos se multiplicam rapidamente e ainda contribuem para contaminar outras pessoas que conhecem a vítima. Os meios virtuais utilizados para disseminar difamações e calúnias são as comunidades, e-mails, torpedos, blogs e fotologs. Além de discriminar as pessoas, os autores são incapazes de se identificar, pois não são responsáveis o bastante para assumirem aquilo que fazem. É importante dizer que mesmo

anônimos, os responsáveis pela calúnia sempre são descobertos. (Gabriela Cabral, 2008).

O combate a este tipo de Bullying hoje tem maior repercussão, pois essas agressões se espalham com maior velocidade e atingem mais ainda a vítima.

Na internet e no celular, mensagens com imagens e comentários depreciativos se alastram rapidamente e tornam o bullying anda mais perverso. Como o espaço virtual é ilimitado, o poder de agressão se amplia e a vítima se sente acuada, mesmo fora da escola. E o que é pior: muitas vezes, ela não sabe de quem se defender. (Santomauro, 2010, p. 67).

Este é um caso de Bullying que vai além do espaço escolar, então assim as intervenções também devem romper barreiras e acompanhar as mudanças impostas pela tecnologia.

Por isso torna-se relevante reconhecer os sinais de mudança de comportamento dos alunos, identificando os casos de cyberbullying. Cabe à escola, juntamente com a família, falar com os envolvidos, focando-se nos valores essenciais, como o respeito e a aceitação das diferenças.

Nas situações mais extremas, é possível levar o problema a delegacias especializadas em crimes digitais. E também já existem alguns sites com opções de denúncia, caso alguém esteja sendo agredido de alguma forma ou notando algum ato de agressão mesmo que não seja pessoal.

6.4 Diversidade nas escolas

A busca de uma educação para construção de cidadãos críticos e reflexivos é a essência de uma aprendizagem libertadora, de paradigmas imposta por uma educação rígida sem fundamentos de expressão própria de cada indivíduo.

Na atualidade, vivemos uma educação aberta para a renovação e para a busca de novos conceitos, em prol do aprendizado para a vida, para além da escola. Sabemos também que a escola, em sua maioria, está bem assistida em termos de conteúdo, profissionais e estrutura.

Mais ainda, prevalecem várias preocupações para com os alunos, e ao que podemos perceber com este trabalho é que a diversidade é uma temática relevante e preocupante no ambiente escolar.

Reconhecer e aceitar a complexidade que envolve a diversidade com questões culturais, sociais e raciais não é tarefa fácil mais muito necessária, levar discernimento e mostrar que os alunos necessitam e têm o direito de conviver e se relacionar com os outros colegas e com a sociedade num todo, de maneira sadia, é nosso papel de educador.

Dar visibilidade à diversidade de gênero, de classe social, de etnias, de orientação sexual, de modos de ver, perceber, sentir..., dentro das escolas, pode gerar alternativas às práticas de exclusão, que foram historicamente constituídas. E pode ainda conduzir-nos ao conhecimento da nossa própria singularidade e do outro. (citação do módulo II seção I) p. 7

Esse pensamento nos leva a refletir que nós profissionais não estamos completamente sabidos desse tema e que sim podemos nos orientar, descobrir, aprender e reaprender através dos nossos alunos, do nosso ambiente escolar e de situações pela vida colocada, sendo essas situações agradáveis ou não. E assim de fato, nós nos descobrimos no reflexo do outro.

O trabalho educacional voltado para o reconhecimento da diversidade é fundamental para uma educação reflexiva e crítica. Conseguir enxergar e aceitar juntamente com nossos alunos as diferenças de cada indivíduo presente no contexto escolar tais como: gênero, raça/etnia, cultura, sexualidade, orientação sexual e deficiências, são de suma importância para eficácia do ensino escolar.

Ao refletir sobre o tema da diversidade, naturalmente somos remetidos a pensar no tratamento das desigualdades, trazendo à tona noções como preconceito, discriminação, estereótipo e estigma. Os quatro conceitos estão, de certa forma, interligados. Discriminação e preconceito, contudo,

guardam relação mais estreita por serem, muitas vezes, confundidos entre si ou utilizados como sinônimos. (p.19 caderno de diversidade)

Preconceito e discriminação são atos presente explicitamente no ambiente escolar, notório em ações e atitudes que desmoraliza o próximo de forma intelectual, física e moral. Daí se vê a extrema necessidade de levar a problemática da diversidade para dentro e fora da nossa sala de aula.

Definir a diversidade perante os nossos alunos pode levá-los a compreender e a entender o porquê das diferenças, e a partir daí aceitar como diferentes na raça, na origem, na cultura, na sexualidade e etc. Diversidade pode ser entendida a partir da observação de que somos diferenciados e unidos por diferenças e semelhanças de gênero, idade, idioma, cultura, raça, identidade sexual e nível de renda (Secretaria de Educação da Califórnia apud CLEMENTS e JONES, 2002, p.13).

Pensar a educação como transformadora de conceitos e de pré-conceitos é um ato crucial para fazer com que a diversidade nas escolas seja aceita com suas particularidades.

A educação para a diversidade envolve a criação de um novo olhar. Para que seja mais proveitosa, ela deve incluir alternativas que permitam trabalhar essa temática de forma transversal. Isso significa, por um lado, pensar a educação como algo além de capacitação e formação e, por outro, assumir o desafio de educar para transformar instituições e não somente indivíduos. (p53 caderno de diversidade).

Envolver todo o espaço escolar na busca de alcançar êxito numa educação para a diversidade é tornar a escola e seus participantes, aliados para a transformação de indivíduos para a diversidade do mundo.

Mudar requer coragem e abrir portas para o diálogo, pois é essencial falar e acima de tudo ouvir. A troca de ideias, de experiências e de conhecimentos provoca transformações, tanto para os alunos quanto pra nós educadores.

A escola é, sem dúvida, uma das instituições mais importantes de nossa sociedade. No espaço escolar, construímos, aprendemos, recriamos e transmitimos valores, práticas e marcas culturais. Embora em outros espaços sociais a construção de sujeitos também aconteça, é também neste espaço que aprendemos a ser o que somos. É o mesmo

espaço escolar um dos lugares onde aprendemos modos de lidar com o mundo, com as outras pessoas, conosco mesmas/os. Estes aspectos tornam a escola como um local privilegiado de formação e normalmente tendemos a pensar a educação em termos de educação escolar, devido a importância desta instituição para a tarefa de educar. (p.14 suj. da diversidade e vulnerabilidade seção II).

Grande parte da responsabilidade de uma educação para a diversidade é da escola, pois nela encontramos e vivemos os conflitos oriundos das diferenças e de busca da identidade.

Segundo o PCN “Aprender a posicionar-se de forma que compreenda a relatividade de opiniões, preferências, gostos, escolhas, é aprender o respeito ao outro. Ensinar suas próprias práticas, histórias, gestos, tradições, é fazer-se respeitar ao dar-se a conhecer”. O respeito é base de todo o processo de reconstrução do ensino, sem ele jamais conseguiremos banir o preconceito a discriminação, sem ele, jamais compreenderemos e aceitamos as diferenças de cada um.

No cenário de busca de uma escola cidadã, faz-se necessária uma transformação de atitudes de dentro do ambiente escolar, rever conceitos e buscar novas compreensões sobre as problemáticas presente nas escolas é algo audacioso, porém muito necessário para uma educação em e para todos.

6.5 Direitos Humanos

Como este trabalho relata sobre a diversidade, sobre a violência e o Bullying, jamais poderia deixar de falar sobre os Direitos Humanos para a educação. E através do Curso de Especialização em Educação e para os Direitos Humanos, no Contexto da Diversidade Cultural – EEDH abriu horizontes para um novo olhar, visto que a educação é um campo de exercício de cidadania.

A Educação em Direitos Humanos é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Portanto, a formação desta cultura significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados – os quais devem se transformar em práticas.

A Declaração dos Direitos do Homem e do cidadão é uma das maiores ferramentas de apoio ao nosso trabalho, no qual relata os nossos direitos com base aos princípios básicos da vida.

(...) tratava-se de estabelecer os direitos do homem como princípios básicos que a nação deveria seguir. Através de uma constituição escrita, fundava-se sobre o consentimento dos cidadãos um novo Estado. A 29 de maio de 1793, a Convenção adotou uma nova declaração, que foi votada, promulgada e incluída na Constituição de 24 de junho do mesmo ano. Tinha 35 artigos. Três novos direitos estão presentes: o direito à assistência, o direito ao trabalho e o direito ao ensino (LESBAUPIN, 1984, pp. 61-65).

Assim, ganhamos o respaldo da Lei, unindo agora a vontade e a obrigação de fazer valer cada direito de ser cidadão. Mas essa expansão de direitos depende de uma cultura de respeito e promoção de condutas guiadas pelos valores pautados nos direitos humanos e, para essa transformação, a melhoria da ação educativa escolar é fundamental.

[...] é preciso ter sempre em conta que todas as pessoas nascem com os mesmos direitos fundamentais. Não importa se a pessoa é homem ou mulher, não importa onde a pessoa nasceu nem a cor da sua pele, não importa se a pessoa é rica ou pobre, como também não são importantes o nome de família, a profissão, a preferência política ou a crença religiosa. Os direitos humanos fundamentais são ao mesmo tempo para todos os seres humanos. E esses direitos continuam existindo mesmo para aqueles que cometerem crimes ou praticam atos que prejudicam as pessoas ou a

sociedade. Nesses casos, aquele que praticou o ato contrário ao bem da humanidade deve sofrer a punição prevista numa lei já existente, mas sem esquecer que o criminoso ou quem praticou um ato antissocial continua a ser uma pessoa humana (DALLARI, s.d.).

Entender que todos nós, apesar de cada particularidade, possuímos os mesmos direitos perante a sociedade, essa é a base de um ensino em e para os Direitos Humanos. Levar essa garantia aos nossos alunos, nos torna também cidadãos responsáveis por esses direitos tanto como praticantes quanto beneficiados.

A educação é um dos direitos, e está relatada no art. 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948:

Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. 2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. 3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada aos seus filhos.

Tratar a educação como um direito, significa levar aos nossos alunos a plenitude de estar inserido de forma igualitária independente da condição social, nacional, cultural, de gênero ou étnico-racial da pessoa. O mais importante é conseguir que todas as pessoas possam exercer e estar conscientes de seus direitos.

A educação em direitos humanos pode ser entendida como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação de sujeitos de direitos, articulando várias dimensões. Entre elas, podemos destacar a apreensão de conhecimentos sobre os direitos humanos e a afirmação de valores, atitudes e práticas que expressam uma cultura de direitos humanos abordando, assim, a questão da diversidade.(p.29 caderno de diversidade)

Porém, algo precisa ser frisado: o ensino dos direitos humanos não passa somente pela transmissão oral do que se deve ou não ser feito. Passa, principalmente, pelo exemplo cotidiano daqueles que se propõe a serem os modelos que crianças e jovens devem seguir.

Obviamente é o papel da escola problematizar temas históricos, sociais e culturais que levem os alunos a construir uma visão crítica do mundo.

O ensino com base nos Direitos é a garantia que nossos alunos no mínimo terão conhecimento e reconhecimento de suas participações na sociedade e no exercício desses direitos e nas suas obrigações como cidadãos.

A escola tem como obrigação intermediar e proporcionar a equidade desses direitos e deve também possibilitar o desenvolvimento pleno e contínuo ao longo da vida, a educação é um bem público da sociedade, na medida em que possibilita o acesso aos demais direitos.

Equidade Pode ser entendida como reconhecimento e efetivação dos direitos da população com igualdade, sem restringir o acesso a eles nem estigmatizar as diferenças entre os diversos segmentos que a compõem. É a possibilidade das diferenças serem manifestadas e respeitadas sem discriminação, uma condição que favorece o combate das práticas de subordinação ou de preconceito em relação às diferenças de gênero, políticas, étnicas, religiosas, culturais etc. (SPOSATI, 2002).

Assim os direitos humanos fazem parte do processo educativo de todos os cidadãos. E para defender seus direitos, todas as pessoas precisam conhecê-los e saber como reivindicá-los na sua vida cotidiana. Além disso, a educação em direitos humanos promove o respeito à diversidade étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras.

6.6 Cultura de Paz

A transformação da cultura, onde a intolerância, o desafeto, a discriminação, o preconceito e outros, para uma cultura de paz, harmonia, de bem estar, de solidariedade é um enorme desafio para nos educadores. Proporcionar essa mudança dentro e fora do ambiente escolar é nossa missão quanto profissionais e cidadão de uma mesma sociedade.

Assim, buscamos definições para que possamos nos embasar e estar apostos ao diálogo sobre este tema que veio para salientar a necessidade de mudança de atos e estilos de vida.

... um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida que traduzem o respeito à vida, ao ser humano e à sua dignidade, com destaque aos Direitos Humanos e o repúdio à violência em todas as suas formas, bem como a adesão aos princípios da liberdade, justiça, solidariedade, tolerância e compreensão entre os povos e as pessoas (ONU, 1999).

Acredito que a educação para a paz é um processo contínuo, gradativo, dinâmico e participativo que visa promover a paz, o diálogo, a compreensão e a cooperação na construção de um mundo melhor, partindo de um consenso humano de ser cidadão.

Considero aqui neste trabalho a educação como principal área de aplicação dessa cultura de paz. Vejam, a seguir, as medidas no contexto educativo e em relação ao respeito pelos Direitos Humanos, que são aspectos que nos interessam especialmente.

Sobre as medidas para promover o respeito a todos os Direitos Humanos, a Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura da Paz sugere:

- Aplicar, integralmente, a Declaração e Programa de Ação de Viena (Declaração e Programa de Ação de Direitos Humanos de Viena, 1993);
- Estimular a formulação de planos de ação nacionais para promover e proteger todos os Direitos Humanos;
- Fortalecer as instituições e capacidades nacionais na esfera dos Direitos Humanos, inclusive por meio das instituições nacionais de Direitos Humanos;
- Realizar e aplicar o direito ao desenvolvimento estabelecido na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento e a Declaração e Programa de Ação de Viena;

- Alcançar os objetivos da Década das Nações Unidas para a educação na esfera dos Direitos Humanos;
- Difundir e promover a Declaração Universal dos Direitos Humanos em todos os níveis;
- Dar apoio mais significativo às atividades que o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos realiza no desempenho de seu mandato, estabelecido na resolução 48/141 da Assembleia Geral, de 20 de dezembro de 1993, bem como as responsabilidades estabelecidas em resoluções e decisões subsequentes (ONU, 1999).

Assim, percebemos que a Cultura de Paz é uma constante interação de diferentes contextos seja ele, social, econômico, cultural e educacional. Tudo em prol de fazer o bem; de reconhecer e respeitar os direitos de todos; de promover o desenvolvimento pessoal, econômico e social e; de buscar e incentivar a participação democrática em diferentes níveis sociais, lembrando que “direitos humanos e democracia são dois conceitos que se requerem mutuamente”. (JARES, 2002, p. 126).

A cultura de paz está intrinsecamente relacionada à prevenção e à resolução não violenta dos conflitos. É uma cultura baseada em tolerância e solidariedade, uma cultura que respeita todos os direitos individuais, que assegura e sustenta a liberdade de opinião e que se empenha em prevenir conflitos, resolvendo-os em suas fontes, que englobam novas ameaças não militares para a paz e para a segurança, como a exclusão, a pobreza extrema e a degradação ambiental. A cultura de paz procura resolver os problemas por meio do diálogo, da negociação e da mediação, de forma a tornar a guerra e a violência inviáveis. (cultura de paz da reflexão e ação p. 11).

Para que essa Cultura de Paz seja de fato construída com o que está citado acima, queremos destacar a importância do diálogo como forma de ampliar a compreensão e efetivação das mudanças oferecidas pela Cultura de paz.

De acordo com alguns autores (COLUMA, 2007; SOUZA, 2007), Educar para a Paz pressupõe um processo de construção de valores sociais voltados para a promoção de um mundo mais justo e igual, e esse processo de construção deve acontecer em todas as modalidades de ensino e em todos os contextos educativos, sejam eles formais ou não-formais.

Agora é questão de conscientização, mobilização, educação, prevenção e informação de todos envolvidos numa educação para a paz. A elaboração e o estabelecimento de uma

cultura de paz requer profunda participação de todos, estando sempre a serviço da tolerância, da democracia e dos direitos humanos. Em todo esse processo, cabe a nós cidadãos nos organizar e assumir nossa parcela de responsabilidade participando inteiramente no desenvolvimento de nossas sociedades.

6.7 Projeto Politico Pedagógico

Muito já se ouviu falar do PPP no ambiente escolar, o que poucos fazem é conhecer e participar da construção deste PPP. Então visando ao nosso trabalho de sensibilizar e prevenir as práticas do bullying e da violação aos direitos humanos, teremos que além de conhecer de perto o PPP, também teremos pensar sua a construção.

Entendemos o PPP como um importante mecanismo de trabalho coletivo, que permite a constituição da identidade da escola, de posicionamentos políticos e diretrizes de trabalho coerentes com cada realidade. Para isso, é preciso consolidar um processo de reconhecimento da possibilidade de autonomia na construção do PPP pelos diferentes segmentos da escola. (def. fun. Carct. Ppp.secao 2 regina p 1)

Entender que o PPP é um trabalho coletivo em prol do aprendizado, do desenvolvimento de nossos alunos e de um bem comum para toda comunidade escolar, já é uma estratégia voltada para o desejo de intervir e solucionar problemas vistos em nosso ambiente escolar.

O PPP é de fato nosso planejamento geral da nossa escola, buscando compreender a necessidade do nosso espaço escolar, levando em consideração nossa percepção em relação aos conflitos de modo geral e na busca de proporcionar uma educação de qualidade auferindo o desejo da prática dos direitos individuais e coletivos.

O PPP se configura numa ferramenta de planejamento e avaliação, em que todos os envolvidos no ensino-aprendizagem devem consultar e explorar informações presente nele. Quando o PPP é discutido de maneira dialogada, reflexiva e crítica, ele se torna uma ferramenta eficaz que nos servem como parâmetro para discutir referências, experiências e ações de curto, médio e longo prazo.

A identidade da escola é algo que se constrói historicamente e sua realidade pode ser modificada pela ação coletiva da comunidade. Ao reconhecer a importância da história da instituição na constituição de sua identidade, os diferentes segmentos contribuem para se pensar que, da mesma forma que a realidade é construída, ela pode ser modificada pela ação coletiva dessa comunidade. (def. fun. Carct. Ppp.secao 2 regina)p 7

Reconhecer e identificar a história da sua própria instituição se torna um importante passo para reconhecer as limitações existentes, tornando o PPP um caminho a ser seguido e um objetivo alcançado.

Assim através do PPP, a escola tem a preocupação de observar a realidade dos sujeitos e buscar as condições necessárias para o desenvolvimento das ações planejadas. Visa à formação de parcerias no sentido de promover a articulação dos vários segmentos e preza o respeito pela diversidade de opiniões que permitirão o crescimento coletivo.

7. METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido na Escola Municipal São Vicente, situada na cidade de Bela Vista de Goiás, no Setor Jardim Vitória.

Hoje ela possui 200 alunos, desde o ensino infantil até o 5º ano do ensino fundamental, no entanto foi escolhida a turma do 5º ano, composta de 25 alunos de faixa etária de 10 a 13 anos, para desenvolver este trabalho de forma qualitativa, com o intuito de uma análise da percepção dos alunos sobre o tema proposto.

A escola em questão tem um quadro de 27 funcionários com oito professores, sendo seis pedagogas e duas com outra graduação e cursando o curso de pedagogia e todas em formação continuada, uma diretora, uma secretária, uma coordenadora pedagógica, quatro merendeiras, quatro porteiras serventes, um monitor de informática, dois monitores e uma coordenadora para o programa mais educação, uma estagiária e duas professoras de apoio para crianças especiais.

O espaço físico da escola possui: 4 salas de aula, 1 sala de reforço, 1 sala para direção e coordenação, 1 laboratório de informática, 1 cozinha, 2 banheiros e 1 pátio. No Turno matutino, são trabalhados com as turmas do 1º, 3º, 4º e 5º ano. No turno vespertino, são trabalhados as turmas do Ensino Infantil 1 e 2, 1º e 2º ano.

O plano de desenvolvimento da escola tem como objetivo comum, buscar o envolvimento da escola e excelência na qualidade do processo ensino-aprendizagem que, vem dar respaldo as ações propostas. Um ótimo mecanismo de trabalho são os projetos interdisciplinares, que abrange toda a comunidade escolar, buscando qualidade nos serviços prestados.

Assim as atividades foram escolhidas pela percepção da violência presente nesse ambiente, violência essa oriunda da falta de reconhecimento da diversidade e dos direitos de cada cidadão.

8. AÇÕES INTERVENTIVAS

As ações foram realizadas com os alunos do 5º ano do ensino fundamental, com o intuito de compreender o fenômeno Bullying e reconhecer a diversidade prevalecendo o direito ao exercício da cidadania.

Assim, foram realizadas as seguintes atividades:

- Pesquisa via internet, no laboratório de informática na própria escola;

A pesquisa foi dirigida e supervisionada, num primeiro momento os alunos foram orientados a visitar os sites de pesquisa como, por exemplo, o “google” e que pesquisassem a palavra Bullynig e depois a palavra Diversidade. Feito isso, foi pedido para que eles escrevessem com suas próprias palavras um rápido conceito de ambas as palavras.

- Mesa redonda, debate sobre o Bullying e diversidade;

Neste momento, posicionamos em círculo dentro da sala de aula, no qual todos os alunos presentes teve o direito de expor suas ideias. Após comentário de todos, foi colocado definições teóricas e depois foram confeccionados cartazes que retrata o Bullying, esses cartazes ficaram expostos dentro da sala de aula.

- Filme: “uma onda no ar”

Foi colocado o filme “uma onda no ar”, para que os alunos visualizassem que a diversidade e a violência do Bullying estão relacionadas. Outro aspecto que foi possível destacar no filme foi a busca pelo o direito – direito humano de ser cidadão.

- Jogo da memória;

Este foi o momento de identificação das diferenças dentro da diversidade, assim foi colocado um jogo de memória, no qual as figuras eram: gordo, magro, alto, baixo, branco, negro, ruivo e outros.

- Palestra sobre os direitos e deveres.

Para uma maior visão sobre os direitos e deveres da criança e adolescente, foi convidada uma Conselheira integrante do Conselho Tutelar, no qual ministrou uma palestra falando sobre o “Estatuto da Criança e Adolescente- ECA” e também falou sobre atos de violência.

9. ANÁLISE E DISCUSSÃO DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO

O processo de intervenção ocorreu dentro do espaço escolar e teve como base descrever, informar, confrontar e reconstruir novos pensamentos sobre a compreensão do Bullying.

As atividades foram administradas em cinco semanas e os alunos se mostraram comprometidos com o trabalho proposto e foram bastante participativos na busca de uma melhor compreensão desse fenômeno, que já não era desconhecido por eles.

O planejamento das atividades foi realizado com base em teorias sobre o Bullying, diversidade e Direitos Humanos. Este planejamento foi previamente analisado pela coordenação pedagógica e posteriormente aplicado.

Os resultados foram alcançados em parte, pois ainda se nota alunos que não aderiram à mudança de comportamento. Mas, sabemos que este é um trabalho contínuo e continuaremos em busca de cada vez mais minimizar este fenômeno.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor esta temática do bullying no ambiente escolar, levei em conta a necessidade e urgência de contextos de discussão no universo adolescente, enfatizando a cultura da paz, através de atitudes de respeito e tolerância para uma problemática crescente que é a violência escolar e o bullying. A valorização da troca de informações oportuniza uma visão solidária das relações humanas a partir dos encontros desenvolvidos em sala de aula, por meio das atividades com os grupos inseridos no projeto.

Acredito ser possível encontrar caminhos para ressignificar as relações humanas, tanto no cotidiano escolar quanto na vida em sociedade, e foi o que pretendi através desta proposta.

Dessa maneira, devemos refletir sobre o nosso papel enquanto educadores, nossas práticas, a relação que estabelecemos com nossos alunos e o compromisso que temos com a educação, para que possamos tomar a iniciativa de interferir no momento adequado e de forma adequada, facilitando as aprendizagens, num ambiente onde haja respeito mútuo, solidariedade e cooperação.

Defendo que o papel da escola não é tão somente o de “ensinar”, conforme a concepção equivocada que ainda vigora na sociedade atual, mas sim o de criar situações de aprendizagens que promovam o desenvolvimento individual e coletivo dos educandos, no e para o exercício da cidadania plena. Para isso, saber conviver, na escola e fora dela, é fator fundamental para sermos cidadãos, numa sociedade que se pretende justa e democrática.

11. REFERÊNCIAS

ABRAPIA – Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência. Disponível em: <>. Acesso em: 10 jun. 2010.

BEANE, Allan. **Proteja seu filho do bullying**: impeça que ele maltrate os colegas ou seja maltratado por eles. Tradução: Débora Guimarães Isidoro, Rio de Janeiro, RJ: Ed. BestSeller, 2010.

CABRAL, G. **Cyberbullying**. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/sociologia/cyberbullying.htm>.

Cultura de paz: da reflexão à ação; balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo. – Brasília: UNESCO; São Paulo: Associação Palas Athena, 2010. 256 p

COLUMA, E. S. **Como educar para a paz**. In: *Psicologia Escolar e Educacional*, 11(2), 2007, p. 427-433.

CARPENTER Débora, FERGUSON Christopher. **Cuidado! Proteja seus filhos dos bullies**. São Pulo: Butterfly Editora, 2011.

DALLARI, Dalmo. **Direitos e Deveres da Cidadania**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/deveres.htm>.

..... **O que são direitos humanos**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/oquee/oquedh.htm>.

FANTE, Cleo. **Fenômeno bullying: programa educar para a paz**. São Paulo: Verus, 2005.

JARES, X. R. **Educação para a paz: sua teoria e sua prática**. Porto Alegre; ArtMed, 2002.

LESBAUPIN, Ivo. *As Classes Populares e os Direitos Humanos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

LOPES NETO, Aramis Antônio. **Bullying comportamento agressivo entre estudantes**. *Jornal da Pediatria*. Rio de Janeiro. 2005;81 (5supl) p. 164-172, 2005.

OLWEUS, D. **Bullying At School: What We Know And What We Can Do**. Cambridge, MA: Blackwell. ED 384 437.1993.

ONU. Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura da Paz, 1999. Disponível em: <http://www.comitepaz.org.br/download/Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20uma%20Cultura%20de%20Paz%20-%20ONU.pdf>

ONU. Declaração dos Direitos da Criança, 1959. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm

ONU. **Declaração sobre a Preparação das Sociedades para Viver em Paz**, 1978. Disponível em: <http://www.un.org/>

ONU. **Declaração sobre os Direitos dos Povos à Paz**, 1984. Disponível em: <http://www.un.org/>

SANTOMAURO, Beatriz. **Ciberbullying**. Revista Escola, São Paulo, p. 66, n° 233, junho/julho, 2010.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes perigosas nas escolas bullying**. Rio de Janeiro: Fontana, 2010.

SPOSATI, Aldaíza. Mapa da exclusão/inclusão social. *Com ciência*, SBPC/Labjor, 2002. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/ppublicas/pp11.htm>. Último acesso em: 17 de dezembro de 2009.